

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Trabalho Final De Graduação

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO NUDE
FRENTE À PERMANÊNCIA NA UNIPAMPA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

**Acadêmico: Ronivelton Oliveira de Matos
Orientadora: Loiva Mara de Oliveira Machado**

**SÃO BORJA/RS
2015**

RONIVELTON OLVEIRA DE MATOS

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO NUDE FRENTE À PERMANÊNCIA NA
UNIPAMPA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Loiva Mara de Oliveira
Machado

**São Borja
2015**

RONIVELTON OLIVEIRA DE MATOS

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO NUDE FRENTE À PERMANÊNCIA NA
UNIPAMPA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26 de Janeiro de 2015.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado
Orientador
UNIPAMPA

Profa. Dra. Simone de Oliveira
UNIPAMPA

Prof. Dr. Evandro Guindani
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTO

Ao final desta caminhada, que representa o início de um novo ciclo, gostaria de expressar meus agradecimentos a todos que de alguma forma, contribuíram para que fosse possível chegar até este momento.

A minha mãe Luiza Oliveira De Matos, pela atenção, compreensão amor e carinho. Ao meu pai Getulio Rosalino De Matos, meu maior exemplo de luta e perseverança e o principal incentivador e apoiador desta minha caminhada.

A minha amiga e namorada Janaina Rosa pela compreensão, carinho e apoio.

Aos meus colegas de turma e de UNIPAMPA pelo apoio, solidariedade, companheirismo e amizade, em especial: Kelvin Curtis, Roberto Fonseca, Wagner Martins, Franciele Machado, Lisiane Pohlmann e Isabel Cristina.

Aos integrantes do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da UNIPAMPA campus São Borja, Tiane Alves Bitencourt, Gilvane Belém, William de Souza Bernardes, pelas contribuições durante o processo de estágio realizado no NuDE, pelos trabalhos realizados em conjunto e principalmente pela amizade.

Aos docentes da UNIPAMPA campus São Borja, pela dedicação e contribuição para o meu desenvolvimento acadêmico.

E aos Técnicos Administrativos e trabalhadores terceirizados da UNIPAMPA campus São Borja pelo trabalho prestado a universidade.

“a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo, e em consequência, no controle da vida social”
Carlos Nelson Coutinho.

RESUMO

O presente trabalho representa uma análise reflexiva, crítica e propositiva sobre as políticas de permanência no ensino superior desenvolvidas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja. Trata-se de um relato de experiência desenvolvida, junto ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. O trabalho tem como objetivo problematizar a Política de Assistência Estudantil desenvolvida na UNIPAMPA, bem como, fomentar a execução de um conjunto de iniciativas que apontam para a materialização da permanência dos/as acadêmicos/as no ensino superior. Para isso utilizou-se referenciais teóricos das áreas da Educação, do Serviço Social e das Ciências Sociais e documentos institucionais da UNIPAMPA. Considerando a educação superior como um direito social estabelecido na Constituição Federal de 1988, torna-se importante refletir acerca da expansão do ensino superior que ocorreu nas últimas duas décadas. Tal expansão dividiu opiniões em torno dessa política, possibilitando de um lado a ampliação do acesso a esse direito, através do fortalecimento da política pública de educação. Por outro, também se constata o incentivo ao fortalecimento das instituições privadas de ensino e a criação e expansão da modalidade Ensino a Distância (EAD) em diferentes áreas, o que reforça o trato da educação como mercadoria. Nesse contexto, torna-se importante a inserção do/a profissional Assistente Social na educação superior, visando um trabalho direcionado a efetivação da educação enquanto direito social. A UNIPAMPA é uma das universidades criadas a partir da política de Expansão das Universidades Federais Brasileiras. A Política de Assistência Estudantil é desenvolvida na instituição através do NuDE, espaço sócio-institucional, órgão executor dessa política na instituição. Este campo de estágio, contou com supervisão direta de assistente social. Diante da experiência vivenciada é possível verificar que a permanência no ensino superior constitui-se como desafio frente a materialização da política pública de educação. O trabalho junto ao NuDE também fez emergir outros desafios, especialmente quanto a interdisciplinaridade, o acesso aos programas e projetos desenvolvidos, bem como, melhores condições de estrutura física e de recursos financeiros para a qualificação e ampliação das ações.

Palavras-chaves: Educação Superior, Política de Assistência Estudantil, Nucleo de Desenvolvimento Educacional, Serviço Social

ABSTRACT

La obra se trata de un análisis reflexivo, crítico y propositivo sobre la permanencia de las políticas en la educación superior desarrollado por la Universidad Federal de Pampa (UNIPAMPA) , Campus de San Borja . Se trata de un relato de experiencia desarrollada por el Centro de Desarrollo de la Educación (NUDE) de la pasantía supervisada en Trabajo Social I y II. El estudio tiene como objetivo discutir la Política de Asistencia Estudiantil desarrollado en UNIPAMPA así , promover la aplicación de un conjunto de iniciativas que enlazan con la materialización de residencia del / la académica / as en la educación superior . Para ello se utilizó marcos teóricos en las áreas de Educación , Trabajo Social y Ciencias Sociales y documentos institucionales UNIPAMPA . Teniendo en cuenta la educación superior como un derecho social establecido en la Constitución de 1988 , es importante reflexionar sobre la expansión de la educación superior que se ha producido en las últimas dos décadas. Tal expansión dividió a la opinión acerca de esta política , lo que permite , por un lado la ampliación del acceso a este derecho , mediante el fortalecimiento de la política de la educación pública. Por otro , también observa un mayor fortalecimiento de las instituciones educativas privadas y la creación y expansión de modo de educación a distancia (EAD) en diferentes áreas , lo que refuerza el tratamiento de la educación como una mercancía. En este contexto, es importante insertar el / a trabajador social profesional en la educación superior , con el objetivo de un trabajo dirigido la eficacia de la educación como un derecho social. El UNIPAMPA es uno de la universidad creada a partir de la política de expansión de las universidades federales brasileñas . La Política de Asistencia al Estudiante es desarrollado por la institución a través del espacio desnudo, social e institucional , organismo ejecutor de esta política en la institución. Este campo de entrenamiento , tenía la supervisión directa de un trabajador social. Dada la experiencia vivida , podemos ver que la permanencia en la educación superior constituye un reto para la materialización de la política de la educación pública. Trabajar con el desnudo también ha puesto de manifiesto otros problemas , sobre todo porque la interdisciplinariedad , el acceso a los programas y proyectos desarrollados , así como una mejor estructura física y los recursos financieros para la cualificación y otras acciones .

Palabras clave: Política de Asistencia Estudiantil de Educación Superior , Desarrollo Educativo Nucleo , Trabajo Social.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Processo de trabalho do Serviço Social no NUDE.....	49
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS- Conselho Federal de Serviço

CONCUR- Conselho Curador

CONSUNI- Conselho Universitário

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

DAE- Departamento de Assistência ao Estudante

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FEE- Fundação de Economia e Estatística

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE- Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Estudantis E Comunitários

IES- Instituições de Ensino Superior

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação e Cultura

NuDE- Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PAPE- Programa de Apoio a Participação em Eventos

PBDA- Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico

PBI- Programa Bolsa Instalação

PBP- Programa Bolsa Permanência

PDI- Projeto de Desenvolvimento Institucional

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAEC- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PROUNI- Programa Universidade para todos

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESu- Secretária de Ensino Superior

SIE- Sistema de Informação para o Ensino

SISU- Sistema de Seleção Unificado

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UFPeI- Universidade Federal de Pelotas

UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	11
2- EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	13
2.1- A expansão do ensino superior na região sul e de fronteira, no Rio Grande do Sul.....	18
2.2 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA): Formas de ingresso e políticas de ações afirmativas.....	22
3. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES FRENTE À PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	27
3.1 A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja.....	31
3.2 O NuDE: órgão executor da Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA.....	33
4. NUDE – CAMPUS SÃO BORJA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES FRENTE ÀS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	37
4.1 A contribuição do Serviço Social para a efetivação das políticas de permanência na UNIPAMPA.....	37
4.2 Os Processos de trabalho em que o Serviço Social se insere no NuDE.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de graduação visa sistematizar a apreensão dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, com ênfase na experiência de estágio em Serviço Social. Nesse Sentido, o trabalho busca dar visibilidade a implantação da Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA, Campus São Borja. Destaca-se nesta direção, que o objetivo principal desse tema está voltado a apropriação e problematização da política em curso, bem como, do fomento e execução de um conjunto de iniciativas que apontam para a materialização da permanência dos/as acadêmicos/as no ensino superior.

Para tanto busca-se vislumbrar o trabalho desenvolvido no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da UNIPAMPA, Campus São Borja, o qual se insere na organização administrativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). O relato da experiência a ser descrita se materializa a partir das referências do método dialético-crítico, com aportes teóricos em Marx. Também, com inserção do acadêmico no campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, que se constitui como componente curricular da formação em Serviço Social. O estágio foi desenvolvido no período de novembro de 2013 a setembro de 2014, perfazendo um total de 450 horas, distribuídas em atividades diretas no campo de estágio (390 horas), com supervisão de campo e 60 horas de supervisão acadêmica.

A metodologia de trabalho para o relato dessa experiência partiu da análise de documentos de estágio (diários, análise institucional, planos de trabalho, projeto de intervenção e relatório final) produzidos pelo estagiário, bem como, documentos institucionais (Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI; Estatuto da UNIPAMPA, Plano de Trabalho do NuDE; Pesquisa sobre evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja; Resolução nº 29 e Resolução nº 84 do CONSUNI – UNIPAMPA). Também se utiliza de bibliografias referentes às temáticas abordadas, relacionando-as com conhecimentos adquiridos durante a graduação, em especial, no estágio supervisionado com o intuito de alcançar os objetivos propostos.

Este trabalho torna-se relevante para o Serviço Social, pois serve como subsídio teórico-prático para a categoria profissional e área afins. No âmbito do NuDE, este trabalho servirá como instrumento de avaliação e sistematização, que contribuirá para subsidiar o replanejamento das ações desenvolvidas nesse espaço, de modo a qualificá-las.

Do ponto de vista acadêmico, a importância desse trabalho se materializa ao trazer informações necessárias para os discentes, sobre o trabalho do NuDE e como ele se efetiva. Também para orientá-los sobre o trabalho do Serviço Social nesse espaço, pois durante o estágio supervisionado percebeu-se o desconhecimento de parte da comunidade tanto a respeito do trabalho do NuDE, quanto do trabalho do Serviço Social nesse espaço.

Ressalta-se ainda, a importância deste relato como um subsídio teórico-prático para pesquisadores/as da área do serviço social, bem como para instituições da área de educação que trabalham com a Política de Assistência Estudantil, inclusive para a própria UNIPAMPA. O trabalho servirá para reflexão e análise das ações realizadas no âmbito da Política de Assistência Estudantil, diante da realidade da instituição.

Diante do exposto, o trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro corresponde a presente introdução. O segundo versa sobre a Educação como direito Social: Políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Para tanto, busca-se refletir sobre o processo de constituição da Universidade Federal do Pampa, assim como, sobre as formas de ingresso e políticas de ações afirmativas.

O terceiro capítulo aborda o Programa Nacional de Assistência Estudantil: desafios e possibilidades da permanência no ensino superior. Nessa direção é fundamental problematizar a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja. Também se torna relevante apresentar o trabalho desenvolvido pelo NuDE, que se constitui como órgão executor da Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA.

O quarto capítulo apresenta o relato da experiência de trabalho desenvolvida no NuDE – Campus São Borja, a partir do processo de estágio, com destaque para os desafios e possibilidades frente à permanência no ensino superior. Assim, é oportuna a reflexão sobre a atuação do Serviço Social no NuDE e os processos de trabalho que o Serviço Social se insere no âmbito da educação superior.

Nas considerações finais são resgatados os principais elementos problematizados ao longo do trabalho, e a partir destes são apontadas algumas proposições no âmbito da efetivação da política de permanência, do trabalho interdisciplinar e da contribuição do Serviço Social neste processo.

2- EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A educação é um compromisso do Estado, e um direito de todo cidadão, garantido a partir da Constituição Federal de 1988. Estabelecida como política social, que visa à garantia de direitos, traz em seu conjunto três objetivos básicos: "preparo para o exercício da cidadania, o pleno desenvolvimento do educando e a qualificação para o mundo do trabalho" (BRASIL, 1996).

No Brasil a educação só passa a ser concebida como um direito humano fundamental, obrigatório e gratuito, inserido entre os direitos sociais, a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 6º. Esta Constituição dedica vários artigos à educação, entre eles o artigo 205, que afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 195).

Nessa direção, é importante compreender a educação, como parte de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos e valores. Conforme o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/963:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL1996, p. 1).

A LDB refere ainda, que a educação deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, considerando os princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, tendo por escopo o pleno desenvolvimento do educando. No que tange a educação superior no Brasil, é preciso analisar o sistema de Ensino Superior brasileiro, e entender as classificações que lhe são atribuídas. Ao abordar este tema Stallivieri (2006, p. 5) refere "que as IES nem sempre conseguem dar conta da missão e do caráter estabelecidos a elas, pois algumas instituições não são universidades". Ressalta-se ainda:

Que as discussões acerca desse tema, reduzem-se a uma mera distinção entre “públicas” e “privadas”, na qual todas as instituições são vistas como iguais na sua natureza institucional e missão, o que acaba por ignorar a diversificação e a riqueza dessa modalidade educacional (STALLIVIERI, 2006, p. 5).

Diante da não existência de um sistema único de educação superior é oportuno entender a apropriação referente a cada um dos modelos propostos pelo Ministério da Educação, através da LDB. Esta Lei estabelece no art. 43º a finalidade da educação superior, conforme segue:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As finalidades aqui descritas constituem a educação superior como um processo que visa, entre outros, o fomento ao pensamento reflexivo, aperfeiçoamento cultural e conhecimento científico. Para tanto é fundamental a articulação permanente entre ensino, pesquisa e a extensão, como forma de viabilizar a interação entre a universidade e sociedade. O Conselho Nacional de Educação reconhece ainda a variação dessas finalidades, e como elas podem ofertar o ensino de graduação em uma ou diversas áreas, envolvendo alguns objetivos educacionais. STALLIVIERI (2006, p. 13) refere-se a alguns desses objetivos, como:

Formação geral ou especializada, formação profissional voltada para o mercado de trabalho, formação acadêmica e em pesquisa; oferta de formação em pós-graduação lato ou stricto sensu; oferta de cursos seqüenciais e de extensão; desenvolvimento de atividades práticas e de pesquisa integradas à formação em nível de graduação, como instrumento para preparação de profissionais críticos e aptos ao permanente auto desenvolvimento intelectual; desenvolvimento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento regional; desenvolvimento de pesquisas nas áreas tecnológicas, básica e humanística, destinadas a promover o avanço do conhecimento em campos específicos do saber, em colaboração com a comunidade científica e intelectual internacional; prestação de diferentes serviços à comunidade, de acordo com a sua competência e capacidade; diferentes combinações desses e de outros objetivos.

É possível perceber que esses objetivos promovem condições necessárias à formação e qualificação de profissionais que se apropriem de conhecimentos específicos para a sua profissão, buscando assim a inserção destes no mercado de trabalho. Com relação às Universidades, a Constituição Federal no artigo 207 refere que estes objetivos “devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão”, educar nestas esferas, implica em estimular a construção da subjetividade e também a dimensão criativa dos sujeitos, além de viabilizar a interação entre a universidade e sociedade.

A LDB no artigo 52º também refere que as Universidades “são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa investigação, extensão, de cultivo do saber humano”. Assim percebe-se que a universidade é um espaço que deve ir além da formação profissional dos indivíduos, de modo a buscar o desenvolvimento acadêmico e social destes. Nessa direção o mesmo artigo refere que estas Instituições devem possuir:

- I. Produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto das necessidades de nível regional e nacional;
- II. Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado;
- III. Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Diante desses aspectos, observa-se que a educação superior é vista como um processo que incide na formação de sujeitos sociopolíticos que buscam auxiliar na transformação da sociedade seja a partir do ponto de vista científico ou cultural. Desta forma, segundo Souza (2008, p. 3) “A ação educativa implica na relação humana, a identidade do sujeito entra em mutação ao se construir ou desconstruir no intercâmbio de experiências e saberes”.

A construção de experiências e saberes no ensino superior, principalmente no âmbito da universidade, se materializam através de atividades que vão para além da sala de aula, como por exemplo, estágios, visitas técnicas, seminários e projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Tais atividades apresentam aspectos positivos na medida em que possibilitam ao acadêmico adquirir o conhecimento através de trocas de experiências, que permitam o ato de aprender de uma maneira mais motivadora, auxiliando assim no desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo.

No entanto, estas atividades também apresentam desafios, considerando que se torna difícil para alguns acadêmicos, dividirem seu tempo entre estas atividades, seus empregos, espaços/momentos de lazer e suas famílias. Isso também vale para os professores, que ainda têm como preocupação tarefas administrativas dentro da universidade.

No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, o Ministério da Educação vem instituindo nas universidades brasileiras desde 2012, políticas de acesso, as quais buscam prover condições de oferta à educação em nível superior para um contingente maior de estudantes. Entre estas políticas de acesso, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O ENEM oportuniza ao participante a inscrição no Sistema de Seleção Unificado (SISU). Este procedimento permite que o/a candidato/a concorra a vagas em universidades públicas em todo o território brasileiro. Conforme publicação em um site de notícias¹, o ex- ministro da educação José Henrique Paim, manifestou que, quando foi criado em 2010, o SISU ofereceu, no primeiro semestre daquele ano, 47.913 vagas. Já em 2014, também no primeiro semestre, foram 171.401 vagas. Segundo Paim, o ENEM tornou o acesso à universidade mais democrático, deste modo, as inscrições em 2010 eram de 1,6 milhão e, em 2014 passaram para quase cinco milhões.

Entre as políticas de acesso, é importante destacar também a Lei de Cotas nº 12.711/2012, que também foi decisiva para ampliar os espaços de equidade e inclusão na educação superior. Destacam-se as políticas de cotas: para pessoas com deficiência, afrodescendentes, fronteiriços, indígenas e oriundos do ensino público.

¹ Disponível no site: <http://noticias.uol.com.br/opiniaao/coluna/2014/07/02/enem-e-sisu-democratizaram-acesso-ao-ensino-superior.htm?mobile>

Para Castro (2008, p. 247) “é fundamental que se tenha clareza de que as políticas de acesso são necessárias, devido a uma barreira concreta de inserção, no ensino superior público, das camadas mais desfavorecidas da população”. No entanto, para que haja políticas de acesso, é necessário também promover a expansão do número de instituições de maneira gradativa e organizada. Nesta direção, tendo em vista as políticas de democratização do acesso a educação superior, foi instituído pelo Governo Federal, no dia 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

O Programa tem como meta global elevar a taxa gradual de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. A partir dessas garantias legais, verifica-se que a educação, como direito social, contribui para a qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e formação de sujeitos sociais, com potencial de mudança nas realidades onde estão inseridos. No entanto, também se verifica que a educação só passou a ser garantida como direito social, a partir das lutas dos movimentos estudantis, que reivindicaram durante muitos anos, pelo acesso de todos, especialmente dos segmentos mais empobrecidos, ao conhecimento e a extinção do saber monopolizado.

Nessa direção, o Governo Federal implantou ainda outras medidas para promover a democratização do acesso ao ensino superior, entre estas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Todas essas medidas são desenvolvidas com o escopo de expandir e democratizar o acesso à educação superior brasileira, permitindo assim, a expansão das universidades públicas e tornando possível o acesso de uma parcela maior da população, a esta modalidade de educação.

A partir desse contexto, na sequência, serão abordadas algumas informações acerca da origem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), localizada na região da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul. Esta instituição traduz-se em uma das expressões da expansão das universidades públicas no Brasil. Dessa forma, busca-se a partir das ações desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, contribuir para a superação dos problemas de desenvolvimento socioeconômico na região ao qual está inserida, através do fomento a um conjunto de políticas, na perspectiva da efetivação do desenvolvimento local.

2.1 A expansão do ensino superior na região sul e de fronteira, no Rio Grande do Sul.

Criada pela Lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008, a Fundação Universidade do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade, junto ao movimento da política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior (REUNI).

O reconhecimento das condições regionais, marcada por situação econômico-social vulnerável, estagnação econômica, aliado à necessidade de ampliar a oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil, motivou a criação da Universidade Federal do Pampa. Esta iniciativa visa o desenvolvimento regional, buscando junto ao Ministério da Educação incorporar a região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Desse modo, a UNIPAMPA foi implantada em 2005, a partir do Consórcio Universitário da Metade Sul, que foi um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado, tendo o início das atividades acadêmicas no ano de 2006. A UNIPAMPA é uma instituição de natureza pública, com autonomia didática científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com estrutura multicampi.

Cada um dos Campi desenvolve suas ações a partir das orientações comuns à Universidade, considerando as especificidades dos Cursos, conforme segue: Alegrete oferece cursos de Ciências da Computação, Engenharia Agrícola,

Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações.

O Campus de Bagé conta com os cursos de Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e Ambientes, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Música, Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras – Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas.

No Campus Caçapava do Sul são oferecidos cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental, Geologia, Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Tecnologia em Mineração. No de Dom Pedrito são oferecidas graduações em Enologia, Licenciatura em Ciências da Natureza, Licenciatura em Educação no Campo, Tecnologia em Agronegócio e Zootecnia.

O campus de Itaqui possui cursos de Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Agrimensura Nutrição e Licenciatura em Matemática. Em Jaguarão são oferecidos cursos de Bacharelado em Produção e Política Cultural, Licenciatura em Letras, Licenciatura em História, Licenciatura em Pedagogia e Tecnologia em Turismo.

O campus de Santana do Livramento conta com os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Tecnologia em Gestão Pública. São Borja oferta cursos de Ciência Política, Jornalismo, Licenciatura em Ciências Humanas, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Relações Públicas.

Já o campus de São Gabriel oferta cursos de Biotecnologia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e por fim o campus de Uruguaiana que possui cursos de Ciências da Natureza, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária e Tecnologia em Aquicultura. A UNIPAMPA tem sede e foro na cidade de Bagé e de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) ² 2014-2018, tem como princípios:

A formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; a excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida

² Disponível no site institucional da UNIPAMPA: <http://www.unipampa.edu.br/portal>

formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando o desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; o sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

No PDI (2014-2018) ainda consta que a universidade como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Além de constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com os problemas sociais vivenciados pela comunidade a qual está inserida.

Em relação ao perfil do egresso na instituição, o PDI prevê que a UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e na inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Como forma de garantir o pleno funcionamento da universidade e o acesso ao ensino superior de qualidade nas condições estruturais estabelecidas, em uma universidade em construção, o estatuto da UNIPAMPA rege conforme o art. 12, que dada à estrutura originária multicampi, a UNIPAMPA observará as seguintes diretrizes de organização:

- I - Unidade de administração e patrimônio, com organização sistêmica multicampi de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, equipamentos e tecnologias;
- II - Convergência de áreas do conhecimento, nas Unidades Universitárias, abrangendo ensino, pesquisa e extensão;
- III - Descentralização de responsabilidades e competências de gestão às Unidades Universitárias e Órgãos Complementares;
- IV - Cooperação entre as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares, visando unidade de ação no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e economicidade na gestão do corpo

docente e técnico-administrativo em educação, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros.

Os órgãos da Administração Superior são: I - Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão máximo da UNIPAMPA, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, conforme estabelece o presente Estatuto e o Regimento Geral; II - Conselho Curador (CONCUR), que é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UNIPAMPA; III - Comissões Superiores, que são órgãos consultivos, normativos e deliberativos nas áreas específicas de suas respectivas competências, com atribuições e funcionamentos definidos no Regimento Geral da Universidade; e a IV - Reitoria, que é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias.

No que tange UNIPAMPA campus São Borja, o PDI, refere que a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA localiza-se na Rua Alberto Benevenuto, número 3200, no bairro do Passo. A universidade foi instalada nesta região da cidade, por se tratar de um bairro que apresenta expressiva vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a perspectiva é de que a criação de uma instituição desta natureza contribuiria para o desenvolvimento dessa região através de ações e projetos junto à comunidade.

Atualmente o campus encontra-se em fase de consolidação de suas estruturas físicas, recentemente passou a contar com uma estrutura de dois prédios, pois quando havia apenas um, não havia salas de aulas para todos os acadêmicos, sendo assim, se revezavam em aulas na própria universidade e em outros locais no centro de São Borja. Foi inaugurado ainda, no início do ano de 2014, o restaurante universitário, o qual era uma antiga reivindicação dos acadêmicos.

No segundo semestre de 2014 também foi organizado o estacionamento, o qual possibilita maior segurança para trabalhadores e acadêmicos da instituição. Novas instalações ainda estão sendo construídas, em um terreno próximo ao campus, na qual contará com prédios administrativos, salas de aula, laboratórios, biblioteca e casa do estudante.

Considerando as reflexões aqui descritas acerca da origem da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a seguir, serão abordadas as formas de ingresso e

as políticas adotadas, para promover a democratização do acesso ao ensino superior na presente instituição.

2.2 Universidades Federal do Pampa (UNIPAMPA): Formas de ingresso e políticas de ações afirmativas.

A UNIPAMPA, assim como a maioria das Universidades que fazem parte do REUNI, utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma das formas ingresso ao ensino superior. É a partir da nota da prova do ENEM que se torna possível a inscrição no SISU, que se trata de um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM. Na UNIPAMPA, os/as candidatos/as podem concorrer a uma vaga entre os 63 cursos de graduação da Universidade, em qualquer um dos dez campi.

O processo seletivo do SISU ocorre através de etapa única de inscrição. O/a candidato/a deve fazer inscrições dentre vagas ofertadas pelas instituições participantes do SISU optando por concorrer às vagas de ampla concorrência ou às vagas destinadas a políticas afirmativas. Durante o período de inscrição, o candidato pode alterar a opção em que deseja concorrer. Desse modo será considerada válida a última inscrição confirmada.

No final da etapa de inscrição, são selecionados automaticamente pelo sistema os candidatos com melhor classificação em cada curso, de acordo com as notas no ENEM. São selecionados somente os candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas pelo SISU, em cada curso, por modalidade de concorrência. A cada chamada, os candidatos selecionados têm um prazo, descrito em edital, para efetuar a matrícula na instituição e assim confirmar a ocupação da vaga.

Após as chamadas regulares do processo seletivo, o SISU disponibiliza as instituições participantes uma Lista de Espera a ser utilizada para a ocupação das vagas não preenchidas. Para participar da Lista de Espera do SISU, o candidato deve manifestar interesse no prazo especificado no cronograma.

Como instituição participante do SISU a UNIPAMPA, também disponibiliza parte de suas vagas para as políticas afirmativas. Esta alternativa é prevista no

SISU, pois, no momento da inscrição, o candidato deve escolher uma entre as duas modalidades: ampla concorrência ou ações afirmativas.

A política de ações afirmativas se constitui como uma estratégia para a inclusão de uma parcela da sociedade historicamente ignorada no que tange ao acesso ao ensino superior. O candidato que optar por esta modalidade, deve certificar-se de que atende os requisitos exigidos para concorrer a uma vaga destinada às ações afirmativas. Também se possui os documentos que serão exigidos pela instituição, no momento da matrícula, de modo a comprovar que atende os requisitos exigidos. A documentação necessária é informada pelo sistema, juntamente com os demais documentos exigidos para matrícula.

Para as modalidades de ações afirmativas, o termo de Adesão ao SISU- 1ª edição de 2014, assumido pela UNIPAMPA, descreve que são reservadas 50% das vagas pela lei nº 12.711/2012 para: candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; candidatos auto declarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; candidatos auto declarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Durante as chamadas do SISU, o candidato que optar por concorrer por uma determinada ação afirmativa estará concorrendo apenas com os candidatos que tenham optado pela mesma modalidade. O candidato selecionado deverá conferir o prazo para matrícula no cronograma do SISU e verificar junto à instituição os locais, horários e procedimentos para matrícula na UNIPAMPA.

Após o ingresso na instituição os/as candidato/as podem realizar a reopção de curso após abertura do edital. A resolução nº 29 da UNIPAMPA, de 28 de abril 2011, no artigo 7º, §1º, expressa, que “a mudança de curso ou turno pode ocorrer no máximo duas vezes”. O pedido de mudança é encaminhado pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica para a Comissão Superior de Ensino, para definir sua aprovação ou não, no caso da existência de vagas.

O artigo 9º da Resolução 29, “ressalta a disponibilidade de vagas pelo Processo Seletivo Complementar”, nas modalidades de Reingresso; Transferência Voluntária e Portador de Diploma na respectiva ordem de prioridade. A primeira modalidade citada possibilita aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de

abandono ou cancelamento de curso o reingresso a instituição. O Art. 10, no parágrafo único, destaca que “O discente ingressante por esta modalidade deve integralizar o currículo no tempo máximo de duração previsto para o curso, totalizando-se os semestres com matrícula regular”. Sendo assim, o ingressante dessa modalidade terá o mesmo tempo para a conclusão da graduação, em relação aos ingressantes de qualquer outra modalidade.

Conforme a resolução, a modalidade de Transferência Voluntária permite aos discentes matriculados ou com matrícula trancada em qualquer Instituição de Ensino Superior, transferir-se para a UNIPAMPA. Já a modalidade de Portador de Diploma, possibilita o ingresso de estudantes caso já tenham sido graduados na Universidade, a matricular-se em outro curso, tornando possível a aproveitamento de algumas disciplinas sob a avaliação do coordenador do curso pretendido caso haja compatibilidade em relação aos currículos. O parágrafo 3º do artigo 8º da resolução 29 esclarece ainda que:

O número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso.

O mesmo não ocorre com a modalidade de transferência compulsória (transferência ex-ofício), explicitada no Art. 13 da resolução, sendo esta concedida ao:

Servidor público federal, civil ou militar, ou ao seu dependente discente, em razão de comprovada transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

Essa modalidade contribui para efetivação do direito da permanência dos acadêmicos no âmbito do ensino superior, de modo que permite a estes a possibilidade desenvolver o exercício profissional sem prejuízo a continuidade dos estudos. Conforme parágrafo único do art. 13 da resolução “é permitida a transferência de discentes vinculados a qualquer sistema de ensino superior, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga”, desde que estes estejam em conformidade com os seguintes requisitos, previstos em lei:

- a) requerimento do interessado;
- b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção *ex-offício* do servidor público civil ou militar;
- c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado *ex-offício*;
- d) comprovação de ter ingressado em Instituição de Ensino Superior via processo seletivo;
- e) comprovação de estar vinculado à outra Instituição de Ensino Superior;
- f) histórico escolar original;
- g) comprovante de residência (anterior e atual);
- h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático).

O capítulo V, art. 16 trata da modalidade de regime especial, que “consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos.” O ingresso nessa modalidade não constitui vínculo com qualquer curso da instituição. A matrícula é realizada mediante disponibilidade de vagas, após o período de matrícula dos discentes regulares. Essa modalidade é permitida aos:

Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica.

O “Programa Estudante Convênio” é outra forma de ingresso na UNIPAMPA. A resolução 29, expressa que esta modalidade busca estabelecer parcerias, visando à cooperação e articulação acadêmica, científica e cultural, entre os países conveniados. Conforme o art. 23 é oferecido um determinado “número de vagas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).” A matrícula mediante essa forma de ingresso deve “obedecer aos prazos fixados no calendário acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo” (Art. 24).

Outro programa responsável pelo ingresso dos discentes na UNIPAMPA é o de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional (Programa de Intercâmbio). Conforme o art. 25 este programa “permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.” Para tanto, os/as candidatos devem atender aos seguintes requisitos, previstos no Art. 26:

- I. Existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior;
- II. Ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso;

- III. Possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre;
- IV. Ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de Curso de origem;
- V. Ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas.

Como já referido, essa modalidade proporciona aos acadêmicos o afastamento temporário da instituição ao qual está vinculado. Esta modalidade tem o propósito de complementar e ampliar os conhecimentos técnicos, científicos e culturais, através das vivências dos acadêmicos em outras Instituições de Ensino Superior.

No entanto, a conclusão do curso está vinculada à instituição de origem, possibilitando assim que o acadêmico socialize o conhecimento adquirido na instituição para a qual se transferiu temporariamente com a instituição em que iniciou e concluirá sua graduação. Nesse sentido, o art. 27 ressalta que “o discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA”. Da mesma forma os discentes da UNIPAMPA que estejam cursando componentes curriculares em outras IES.

Considerando as ações desenvolvidas para a democratização do acesso ao ensino superior citadas até aqui, é importante ressaltar, que só elas não bastam para garantir a todos os cidadãos, as condições necessárias para que estes usufruam o direito a educação na modalidade de ensino superior. Portanto, para democratizar a educação nesta modalidade, além do princípio fundamental da garantia do acesso, é necessário também assegurar a permanência dos acadêmicos.

Nesse sentido, a seguir será apresentada uma análise sobre a evolução histórica das políticas de permanência no ensino superior. Busca-se através deste procedimento apreender como se efetiva o direito a educação, a partir da minimização do percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão dos acadêmicos nos cursos de graduação, mediante a oferta de um conjunto de políticas e serviços junto aos acadêmicos que delas necessitarem, possibilitando a estes desenvolver seus estudos até a conclusão da graduação.

3. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES FRENTE À PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.

A expansão do acesso à educação superior, ocorrida especialmente nas duas últimas décadas, resulta de ação política estatal e pode ser viabilizada a partir de dois eixos principais (CFESS, 2014, p. 15):

- manutenção e aprofundamento do setor privado mercantil como hegemônico no setor, fortalecendo novos nichos de mercado para o capital;
- utilização da modalidade de EaD³ como estratégia para a ampliação do acesso de camadas da população a este nível de ensino, das estatísticas educacionais e do consenso em torno de um projeto societário baseado em uma sociabilidade individualista.

No entanto, estes eixos não atendem às necessidades reais da maior parte da população brasileira no que diz respeito a ter acesso ao ensino superior de qualidade, público e gratuito. Em direção contrária a esta lógica, o governo brasileiro, neste período, também tem investido na criação de Universidades Federais através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esta iniciativa exige a construção de estratégias para a permanência dos alunos que ingressam nessas Universidades, pois percebe-se que a gratuidade do ensino não é o único aspecto determinante para assegurar a formação dos/as estudantes. A permanência na educação superior, especificamente, partindo da análise da assistência estudantil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é vista como um conjunto de ações que são desenvolvidas, com o objetivo de promover as melhores condições possíveis para o desenvolvimento acadêmico através do custeio de despesas básicas oriundas da universidade, o que vem a colaborar para diminuição do percentual de evasão e de trancamento de matrícula dos acadêmicos.

Com relação à trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil, Araújo e Bezerra (2007, p. 3), enfatizam que esta “se inicia na década de 1930 com os programas de alimentação e moradia universitária”, conforme o Decreto nº 19.852/03. Na Constituição de 1946 a assistência estudantil se torna obrigatória para

³ Esta modalidade de ensino, na área do Serviço Social, constitui-se como expressão marcante do processo de precarização da formação profissional. Tem sido objeto de debate, sistematização e ações de mobilização de instâncias representativas da categoria, no âmbito da formação e da fiscalização do exercício profissional no país.

todos os sistemas de ensino, conforme consta no Art. 172: “cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”.

Em 1970 o Governo Federal criou, junto ao MEC, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que tinha como objetivo executar programas de assistência ao estudante universitário do território nacional, “priorizando programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, sendo este último, extinto no governo subsequente, sob a justificativa de altos gastos” (FONAPRACE, 2000).

Em 13 de janeiro de 1972, por meio do Decreto nº 69.927, é instituído em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. Este objetivava proporcionar aos alunos carentes oportunidades de trabalho intelectual em diversas especialidades, tanto em instituições públicas quanto privadas, de modo que estes pudessem prover recursos e possibilidades para a conclusão de seus estudos.

Nesta trajetória, constatou-se que apenas o desenvolvimento de ações isoladas voltadas à permanência dos estudantes, ou seja, ações apenas de caráter quantitativo, eram insuficientes para a garantia da permanência desses alunos no ensino superior. Deste modo, a insuficiência de recursos investidos nessas ações e a falta de articulação dessas ações na direção da construção de uma política pública, fez com que muitos estudantes desistissem dos cursos em que ingressaram.

Em 1987 foi criado, a partir da articulação entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que visava estimular discussões e ações acerca da sistematização da proposta de uma política de assistência ao estudante que garantisse o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES.

Através do relatório Geral das reuniões realizadas pela Coordenação Nacional do FONAPRACE, constatou-se que a democratização do acesso e ampliação do número de vagas nas IFES era importante para que os estudantes ingressassem no ensino superior, mas não o suficiente para que permanecessem até o final da graduação. Sendo assim, o FONAPRACE realizou um estudo sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras

no período de 1997 e 2004⁴. Este Perfil identificou a realidade nacional dos estudantes matriculados nas universidades federais, buscando mostrar a importância da implementação de uma política voltada para a assistência estudantil.

A partir destes estudos, o FONAPRACE elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que demonstrava a necessidade da destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil; estabelecia diretrizes norteadoras para a execução de programas e projetos que garantissem as condições básicas de permanência na graduação como: moradia estudantil, serviço de alimentação (restaurantes universitários), assistência à saúde (médica, odontológica e psicológica), e os programas de bolsas (FONAPRACE, 2008).

Diante disso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2007) foi aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, que posteriormente passou a ser regido pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Nesse decreto, o Art.1º trata do objetivo de ampliar as condições de permanência dos alunos na educação superior de âmbito federal, já o Art. 2º aponta os objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O desenvolvimento desses objetivos requer a articulação do tripé do ensino, pesquisa e extensão, oferecendo assistência aos discentes nas áreas estabelecidas pelo PNAES. A articulação dos objetivos com essas três funções, busca para além de ampliar as condições de permanência dos/as acadêmicos/as, garantir condições que possibilitem a estes uma formação profissional de qualidade.

O art. 3º parágrafo 2º do PNAES, refere que “caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010). Assim, as universidades federais têm autonomia na implantação das ações com possibilidade de adequação à

⁴ No ano de 2014 o FONAPRACE iniciou um novo estudo sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras. Porém o novo estudo ainda não foi concluído.

realidade local, uma vez que os recursos para o PNAES são repassados às instituições federais, conforme traz o art. 7º. Ainda de acordo com a assistência estudantil as ações são desenvolvidas nas seguintes áreas:

I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico, e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Este elenco de ações aponta para a garantia de um conjunto de direitos sociais fundamentais ao desenvolvimento do ser humano, como ser social. Há que observar que, para além da garantia de ações, que atendam de forma mais direta as situações de vulnerabilidade é necessário também a garantia de outros acessos, como por exemplo, a inclusão digital, a cultura e apoio pedagógico.

Diante desse conjunto amplo de propostas constata-se que nem todas as IFES desenvolvem ações em cada um das áreas descritas. Isso ocorre devido à realidade específica e a quantidade de recursos disponibilizados a cada instituição. Para o FONAPRACE (2011), o desenvolvimento dessas ações torna-se indispensável para ampliar, ainda mais, a inclusão dos estudantes na educação superior.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o PNAES, é uma medida importante para garantir condições de permanência dos/as acadêmicos no ensino superior. Trata-se de um Plano que, devido às ações de incidência das instituições públicas de ensino, especialmente através do FONAPRACE, adquiriu o status de política de estado. Assim, independentemente do governo em exercício esta política deve ser mantida. Nesta direção, um dos desafios está no reconhecimento legal desta política pública, atualmente regida por um decreto. O FONAPRACE vem investindo esforços neste sentido. Neste contexto, é fundamental a articulação dos movimentos estudantis junto aos órgãos responsáveis pela gestão e execução dessa política nas instituições de ensino, de modo a garantir o cumprimento desse direito. Também é imprescindível dar visibilidade sobre as ações desenvolvidas junto a comunidade acadêmica na perspectiva de fortalecê-las.

A partir do que foi abordado até aqui acerca da Política de Assistência Estudantil, percebe-se que esta busca objetivar a redução do distanciamento entre os que acessam e os que não acessam o ensino superior no Brasil. Trata-se,

portanto, de um tema emergente que requer apropriação, problematização, adensamento e construção de propostas concretas. Sendo assim, na sequência, será abordado o tema da Política de Assistência Estudantil, na UNIPAMPA Campus São Borja.

3.1 A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja.

A Assistência Estudantil na UNIPAMPA busca desenvolver em todos os campi, ações que proporcionem aos acadêmicos condições de acesso e permanência até a conclusão da graduação. Também a inclusão social dos grupos que historicamente tiveram mais dificuldades para usufruírem o direito a educação de nível superior, seja por questões econômicas, culturais, raciais, entre outras. Nesta direção a resolução 84, criada pelo conselho universitário da instituição, em conformidade com o PNAES, refere no art. 4º, que são objetivos da Assistência Estudantil desenvolvida na UNIPAMPA:

- I. articular o ingresso dos estudantes na Universidade, em articulação com as demais políticas institucionais;
- II. identificar necessidades e propor planos, programas, projetos e ações de apoio à comunidade universitária, em consonância com as demais políticas institucionais que assegurem aos estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico;
- III. contribuir na redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Para contemplar estes objetivos, a UNIPAMPA conta com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que está situada no campus São Borja desde 2008, órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil na instituição. A PRAEC, conta ainda com o apoio de outros órgãos para implementar e efetivar a política de Assistência Estudantil nos campi, entre estes o NuDE que será referido no item a seguir.

No campus de São Borja as principais ações voltadas para Assistência Estudantil que vem sendo executadas atualmente, são as seguintes: Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PI); Programa de Auxílio à Participação em Eventos (PAPE), Programa Permanência

(PP) e ações afirmativas, de inclusão e acessibilidade, já destacadas. É importante aqui referir que o art. 2º da resolução 84 ressalta que esses programas devem estar de acordo com "os princípios da inclusão social e da igualdade nos processos de seleção".

O PDA, instituído pela Instrução normativa nº 03/2009, da UNIPAMPA, permite o repasse de recursos financeiros aos acadêmicos selecionados através de entrevistas, avaliações teóricas, ou outro critério que esteja em conformidade com o que diz o art. 2º da resolução 84, já referido. Os candidatos selecionados realizarão atividades de formação acadêmica, nas seguintes modalidades: bolsas de ensino, de pesquisa, de extensão e de iniciação ao trabalho técnico profissional e gestão acadêmica.

O PI, conforme informação contida no site institucional da UNIPAMPA, permite aos acadêmicos que tenham residência fixa fora do município do campus e também moradores de zonas rurais do município, o repasse de recursos financeiros, no valor de uma parcela das três modalidades do PBP (transporte, alimentação e moradia), a fim de auxiliar a instalação dos acadêmicos na cidade onde realizarão a graduação. Já o PAPE, tem como finalidade disponibilizar finanças para cobrir os custos de discentes que forem participar ou apresentar trabalhos em eventos fora do município ou do estado.

Por fim o PP instituído pela Instrução normativa nº. 05/2009 tem como finalidade conceder bolsas a acadêmicos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa divide-se nas modalidades de bolsa alimentação no valor de R\$ 130,00⁵, bolsa transporte no valor de R\$ 70,00 e bolsa moradia no valor de R\$ 230,00, totalizando R\$ 430,00. Os/as beneficiários/as podem acumular duas ou todas as modalidades. Este é o principal programa da instituição, pois contempla o maior número de discentes que acessam a Política de Assistência Estudantil.

A execução desse programa é realizada pelo NuDE, de modo a buscar a melhoria do desenvolvimento acadêmico e permanência dos discentes que teriam maiores dificuldades em concluir a graduação. Nesse sentido, no item a seguir será

⁵ Com relação à modalidade de alimentação do PP, atualmente é pago o valor de R\$ 65,00 (metade do valor que era pago anteriormente) para os contemplados no campus de São Borja, considerando que desde a implantação do Restaurante Universitário, estes podem fazer duas refeições: almoço e janta, gratuitamente no campus. Os contemplados de campus que não possuem Restaurante Universitário recebem o valor integral da modalidade de alimentação, ou seja, R\$130.

priorizada a reflexão sobre o NuDE, considerando sua finalidade e os programas executados por esse departamento institucional.

3.2 O NuDE: órgão executor da Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA.

A portaria número 1.564, de 30 de setembro de 2011, trata da estrutura organizacional da Universidade, estabelecendo a constituição do NuDE em cada um dos Campus de sua abrangência. Constitui-se como órgão responsável pelo atendimento dos/as docentes e discentes, na área do desenvolvimento educacional, a partir das demandas apresentadas por estes, buscando alternativas que favoreçam a qualidade do trabalho pedagógico e estudantil, bem como, o acesso e permanência na instituição.

O trabalho do NuDE campus São Borja se materializa de forma interdisciplinar, o que caracteriza-se pela interação entre diferentes áreas de atuação e o respeito as particularidades e saberes de cada uma. Busca-se dessa forma, a construção de ações que favoreçam os processos de ensino/aprendizagem, assim como o acesso e permanência dos/as acadêmicos/as na instituição. Pode-se dizer que o Desenvolvimento Educacional buscado pelo NuDE está focado na execução dos fins a que se destina a Universidade, previstos no Estatuto da UNIPAMPA de 2009:

Art. 9º A UNIPAMPA, comunidade de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo em educação, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Art. 10. Para a consecução de seus fins, em ações multicampi, a UNIPAMPA realizará: I - ensino superior, visando à formação de excelência, acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - pesquisa e atividades criadoras, nas ciências, nas letras e nas artes;

III - estudos da problemática social, econômica e ambiental da região, do país e do planeta;

IV - extensão universitária, visando o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de sua área de abrangência, bem como do estado e do país, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas, de âmbito regional, nacional e mundial;

V - educação para o desenvolvimento sustentável, estimulando saberes que promovam condições dignas de vida humana, social e ambiental, no contexto local, regional, nacional e mundial;

- VI - oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias;
- VII - a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.

Para atender a finalidade da UNIPAMPA contida nos Artigos 9º e 10º, são desenvolvidas ações como: a realização de pesquisas sobre o perfil dos ingressos e a evasão no campus, a recepção aos ingressos na universidade, atendimento geral aos discentes e também a realização de projetos de extensão.

No que se refere à inserção de profissionais assistentes sociais neste trabalho, é importante destacar que este processo aconteceu no início no ano de 2010, através de concurso público. Inicialmente, no campus São Borja, este profissional desenvolvia suas atividades junto à Secretaria Acadêmica, pois, neste período, ainda não havia infra-estrutura disponível para que este profissional realizasse seu trabalho. Com a criação do NuDE, houve o ingresso de um Assistente Social nesse departamento.

Atualmente o NuDE conta com um profissional Assistente Social, uma técnica em assuntos educacionais e uma pedagoga. Esses profissionais dividem um espaço que conta com duas salas, sendo uma utilizada para as ações em conjunto, e outra exclusiva para a realização de atendimentos dos usuários da Política de Assistência Estudantil.

O projeto de apoio a permanência do estudante na UNIPAMPA elaborado pela equipe do NuDE, em fevereiro de 2014, aponta questões mais específicas acerca do trabalho em conjunto dos profissionais que atuam nesse órgão institucional. O item 4, por exemplo, trata sobre os objetivos específicos do NuDE, quais sejam:

Acompanhar o processo acadêmico dos estudantes a fim de prevenir a evasão e garantir a permanência na Universidade; oferecer orientação aos estudantes em questões pedagógicas e sociais; oferecer apoio aos docentes nas questões de ensino; realizar acompanhamento do estudante egresso; realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão visando o desenvolvimento acadêmico e cidadão; divulgar e organizar os fluxos de trabalho do NuDE.

É com base na realização desses objetivos, que o NuDE busca promover condições para que os membros da comunidade acadêmica exerçam suas atividades da melhor maneira possível, prezando pela qualidade. Para isso,

conforme o item cinco do "Projeto de Apoio à Permanência do Estudante na UNIPAMPA", os profissionais do NuDE desenvolvem ações voltadas para três segmentos: "Estudantes, Docentes e comunidade acadêmica em geral".

As ações desenvolvidas para os discentes estão divididas em dois eixos, "acolhimento" e "acompanhamento". Na área do acolhimento destacam-se a realização de ações como: entrevista individual no ato da matrícula, divulgação das ofertas de imóveis disponíveis para aluguel em São Borja e por fim a realização de um evento para recepção dos calouros. Estas ações buscam proporcionar um ambiente acolhedor, de modo a facilitar o reconhecimento das necessidades individuais dos ingressantes.

Quanto ao acompanhamento são realizadas ações como o monitoramento da frequência e do rendimento acadêmico dos estudantes através do Sistema de Informação para o Ensino (SIE). Este visa o acompanhamento dos estudantes em regime de estudos domiciliares (licença saúde, licença maternidade), também possibilita a identificação e tabulação das informações a respeito dos estudantes que apresentam dificuldades (como problemas de frequência ou de desempenho acadêmico) e execução de Programas de Bolsas e Auxílios destinados aos estudantes.

Com relação ao monitoramento da frequência e do rendimento acadêmico, a equipe do NuDE solicita aos professores que encaminhem informações sistemáticas a respeito dos alunos com incidência de elevado número de faltas bem como ao perceber situações que possam resultar na evasão do acadêmico, visto que o sistema SIE identifica a evasão somente ao término do semestre, o que prejudica a prevenção. O atendimento dos/as acadêmicos/as que se encontram com dificuldades de ordem socioeconômica, ou de acessibilidade, também é realizado, mediante o encaminhamento dos professores, ou então, por solicitação do próprio aluno. Em casos de problemas com a frequência dos alunos, é realizado o chamado do aluno pela própria equipe do NuDE após constatação via sistema.

Com relação às ações do NuDE voltadas para os docentes, o item 5, do "Projeto de Apoio a Permanência do Estudante na UNIPAMPA", apresenta ações voltadas para qualificar a relação entre ensino e aprendizagem. A formação continuada para os docentes é uma das ações, na qual são realizados eventos locais (encontros semestrais em dois turnos, manhã e tarde), realizados durante o semestre letivo. Os eventos são realizados em forma Seminários e contam com a

contribuição de um profissional convidado que ira abordar questões que venham qualificar a prática pedagógica dos docentes.

No que tange as ações do NuDE voltadas para a comunidade acadêmica em geral, destaca-se a realização de Projetos de ensino, Pesquisa e Extensão. Atualmente o NuDE, desenvolve dois projetos, um deles é o "Conhecendo a UNIPAMPA", que consiste em trazer alunos do ensino fundamental e médio da comunidade local para dentro da UNIPAMPA. A iniciativa visa possibilitar a esses conhecer os cursos, formas de ingresso, modalidades de auxílios e programas de pesquisa e extensão, através de eventos realizados no decorrer do ano letivo.

O outro projeto chama-se "Na Hora do Mate", este busca proporcionar a comunidade em geral um espaço de socialização e debate sobre assuntos da atualidade, bem como debater questões estudantis. O item 6, do "Projeto de Apoio a Permanência do Estudante na UNIPAMPA", estabelece ainda metas para a avaliação da efetividade das ações aqui citadas:

- Atendimento ao chamado do NuDE por, no mínimo, 60% dos estudantes em situação de risco de reprovação/evasão;
- Permanência e sucesso acadêmico de, pelo menos, 60% dos estudantes atendidos;
- Realização de um evento de formação continuada para docentes por ano;
- Realização de um curso/atividade de nivelamento por semestre;
- Realização de, no mínimo, dois projetos de desenvolvimento cidadão (ensino, pesquisa ou extensão) por ano;
- Expedição de relatórios periódicos e atualizados com dados do acompanhamento estudantil e pedagógico;
- Uma publicação realizada pelo NuDE.

O trabalho do Serviço Social está voltado ao acompanhamento sobre a execução dessas metas, as quais estão relacionadas à busca pela qualidade e efetividade aos serviços prestados pelo NuDE. Desse modo, tendo em vista a natureza das atribuições do NuDE, no trabalho de apoio ao desenvolvimento da Assistência Estudantil, é de extrema importância o trabalho interdisciplinar, com vistas a potencializar esforços coletivos, visando o alcance dos objetivos propostos.

O Serviço Social se configura como área estratégica de atuação, conforme é possível identificar no trabalho desenvolvido pelo NuDE. Assim, o relato sobre a experiência de trabalho do NuDE frente a permanência dos/as acadêmicos/as no ensino superior constitui-se como objeto de reflexão do próximo capítulo.

4. NUDE – CAMPUS SÃO BORJA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES FRENTE ÀS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.

Este item tem por objetivo dar visibilidade a um campo empírico- NuDE – Campus São Borja - responsável pela efetivação do Programa Nacional Assistência Estudantil. Trata-se de uma experiência de trabalho desenvolvida a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, a qual contribuiu para a inserção do acadêmico neste espaço institucional.

O estágio supervisionado em Serviço social tem por objetivo inserir o acadêmico num espaço sócio institucional. Esta inserção apresenta potencialidade de contribuir para a formação profissional, na medida em permite, de forma mais sistemática, a articulação teórico-prática. Assim o estágio constitui-se em oportunidade para a construção da identidade profissional e desenvolvimento das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas orientadas pelo projeto ético-político da profissão.

4.1 A contribuição do Serviço Social para a efetivação das políticas de permanência na UNIPAMPA.

Conforme Iamamoto (2010, p. 30) atualmente vivencia-se processos que são resultado das “mudanças estruturais decorrentes das transformações sócio-históricas, nas relações entre o Estado e a sociedade, submetida à ordem financeira do capital”.

Isto acarreta em um conjunto de expressões, que se manifestam através da “desigualdade e também na resistência, de sujeitos que vivenciam as desigualdades que a eles se opõem” (IAMAMOTO, 2012, p. 28). Esse conjunto de expressões é referido por Iamamoto e outros autores do Serviço Social, como expressões da Questão Social, o que requer ação direta e interdisciplinar de um conjunto de profissionais, dentre eles, dos/as assistentes sociais. Assim, as expressões da Questão Social se constituem como objeto de trabalho para os/as assistentes sociais.

Com a experiência de estágio realizado no NuDE, percebeu-se que as expressões da Questão Social, decorrentes nesse espaço são advindas da

vulnerabilidade social, econômica e também política e cultural. Estas são evidenciadas pela dificuldade que os estudantes da UNIPAMPA possuem em permanecer na Universidade até a conclusão do curso de graduação ao qual estão vinculados. Tais expressões, oriundas da relação “capital versus trabalho” se expressam no dia a dia dos/as acadêmicos/as, inclusive em seus núcleos familiares.

As principais demandas que chegam até o Serviço Social do NuDE estão relacionadas à mudança de cidade de origem dos/as acadêmicos/as, o que rebate especialmente na falta de moradia e de emprego. Isto se deve tanto pela pouca oferta, quanto pelas dificuldades de conciliar o trabalho com as atividades demandadas pelos cursos diurnos. Também pela falta de condições dos/as acadêmicos/as em prover sua subsistência, pelas dificuldades de locomoção, problemas de saúde, dificuldades de relações sociais devido a não adaptação ao regionalismo podendo afetar até mesmo a saúde mental desses acadêmicos/as.

Outra demanda do Serviço Social, que foi possível perceber nesse espaço durante a vivência do estágio, foi a questão da evasão acadêmica que se dá entre outros fatores, pelo aspecto socioeconômico. Alguns discentes entram em situação de vulnerabilidade econômica após o ingresso na instituição, pois tem que optar entre a graduação ou emprego. A graduação exige um tempo maior de dedicação às atividades acadêmicas, que não se limitam apenas a sala de aula, mas também em pesquisas, projetos de extensão, participação em eventos, entre outras.

Tais expressões se traduzem em demandas para o Serviço Social. A partir delas realiza-se a intervenção de modo a buscar a efetivação de políticas públicas, especialmente na área da assistência estudantil, contribuindo, dessa forma para atender as necessidades dos/as acadêmicos/as. É importante ressaltar que nem todas as demandas que chegam ao NuDE são expressões diretas da Questão Social, mas que decorrem dessas expressões como é o caso do desempenho acadêmico, conflitos decorrentes de relações sociais e problemas de ordem psicológica. Tais demandas também são atendidas, sem restrições, porém, com algumas limitações, pois a UNIPAMPA não oferece atendimentos médico e psicológico. No entanto, configura-se como demanda do Serviço Social nesse espaço, realizar encaminhamentos para a rede municipal de atendimento, buscando garantir ao acadêmico o acesso ao direito para o qual necessitar.

É importante ressaltar que as ações realizadas pelo NuDE estão em conformidade com os direitos estabelecidos pela PNAES. Nesta direção se destaca

o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social neste espaço educacional, o qual está em conformidade com o Projeto Ético Político do Serviço Social. O profissional de Serviço Social do NuDE, atua na execução, planejamento e acompanhamento dos programas, projetos e serviços formulados pela PRAEC, entre estes o Programa de Permanência – PP, que é o principal programa de transferência de renda na UNIPAMPA. Este programa tem como público alvo os/as acadêmicos/as em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.

O trabalho realizado pelo Serviço Social no NuDE acerca do PP, está voltado para a seleção, avaliação e concessão de benefícios relacionados a este programa, que são disponibilizados nas modalidades de: transporte, alimentação e moradia. Por vezes este trabalho é identificado como estritamente burocrático, porém, de fundamental importância no sentido da socialização de informações sobre direitos a serem acessados pelos/as acadêmicos/as. A materialização desses direitos a partir da efetivação de políticas públicas se constitui como dever do Estado e direito dos/as acadêmicos/as. Busca-se, dessa forma, superar práticas assistencialistas e meritocráticas que levam ao trato como “favor” aquilo que é de direito.

Conforme informações contidas no site institucional da UNIPAMPA, o PP é uma ação do Governo Federal que concede um auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a conclusão da graduação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Bolsa Permanência tem como vantagem a possibilidade de ser concedida mesmo com a concessão de outras modalidades de bolsas acadêmicas. Para receber este auxílio é necessário que critérios acadêmicos sejam atendidos, como por exemplo: não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; cursar um total de disciplinas que ofereça uma carga horária de no mínimo 20 horas semanais por semestre (exceto em situações de formandos ou de adiantamento de alguma disciplina que seria ofertada no presente semestre), não ser reprovado por frequência e manter uma média de aprovação com aproveitamento de 60% das disciplinas cursadas por semestre. Também é necessário estar em conformidade com os critérios de renda estabelecidos pelo programa, ou seja, possuir renda

familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio. Todos estes critérios estão descritos no edital número 139 do ano de 2014(último edital do programa).

É importante ressaltar ainda que ao final cada semestre, cabe ao Serviço Social realizar a reavaliação acadêmica⁶, para certificar-se de que o aluno continua atendendo os critérios acadêmicos para o acesso ao programa. Já ao final de cada ano letivo o Serviço Social realiza reavaliação socioeconômica dos alunos, para comprovar que este ainda se encaixa nos critérios de renda estabelecidos pelo programa.

A comprovação dos critérios acadêmicos é realizada pelo Sistema de Informações para o Ensino (SIE), já a comprovação dos critérios de renda é feita mediante a entrega da documentação exigida pelo edital do programa. Além dessa etapa, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social utiliza-se de técnicas como a entrevista individual e visita domiciliar, quando se fizer necessário, para melhor apreensão da realidade e necessidades do/a acadêmico/a solicitante deste benefício.

Isto ocorre não como forma de fiscalização do acesso ao benefício, mas, como forma de ir além da aparência, do singular, buscando apreender aspectos do cotidiano do/a acadêmico/a, os quais repercutem no desempenho acadêmico. É neste cotidiano que se estabelecem as relações sociais, as quais são marcadas por processos individuais e coletivos.

Conforme Oliveira e Sanghi (2010, p. 17): “O cotidiano representa, de forma organizada, toda ação consciente ou não do ser humano, que vai possibilitar a reprodução social”. Ou seja, a compreensão do cotidiano das mais diversas realidades que se apresentam dentro da universidade, é o que permitirá ao profissional Assistente Social o entendimento da particularidade de cada acadêmico e as suas reais necessidades para a permanência no ensino superior.

A falta de recursos não é a única causa da não permanência dos/as acadêmicos/as até o final da graduação. Assim, para desvendar as expressões da questão social presentes no cotidiano dos/as acadêmicos/as, o profissional do Serviço Social do NuDE utiliza-se de um conjunto de técnicas e instrumentos, de

⁶ Considerando o ciclo de ações acerca do PBB, as quais estão sob a competência do Assistente Social do NuDE, é possível afirmar que estas consomem grande parte do tempo de atividade profissional, algo em torno de 9 meses de trabalho.

abordagem individual e coletiva quais sejam: reunião, parecer social, ficha de cadastro, entrevista, visita domiciliar e estudo social, as quais se tornam fundamentais para além da concessão do benefício. Busca-se também o acesso dos/as acadêmicos/as à rede de atendimento a saúde e assistência social existente no município e região, fomentando, dessa forma, o trabalho interdisciplinar e em rede.

Há que se destacar que a instrumentalidade do processo de trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no NUDE é orientada por uma intencionalidade – a permanência dos/as acadêmicos/as na instituição. Assim, é oportuno referir, conforme Prates (2003, p. 6) que:

É a nossa intencionalidade que ilumina o uso destes instrumentais, pois a habilidade em manejar uma planilha de custos, por exemplo, pode servir tanto para manipular uma situação como para mediar o acesso ao público usuário, dando visibilidade acerca dos gastos públicos de uma instituição. Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las.

Em 2012 o NuDE realizou uma pesquisa com o objetivo de criar um diagnóstico sobre a evasão acadêmica no campus São Borja, e a partir deste definir ações preventivas. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram considerados casos de evasão nas seguintes modalidades: classificado e não matriculado; transferido; abandono e cancelamento.

O período de realização da pesquisa foi de 2006 a 2011. Num primeiro momento foram coletados dados sobre a evasão de toda UNIPAMPA, disponíveis no (SIE). Estes dados foram sistematizados e analisados com o recurso de gráficos, tabelas e quadros. A segunda etapa, a pesquisa esteve voltada de forma mais direta ao Campus de São Borja. Dessa forma foram entrevistados os alunos regulares dos cursos do campus São Borja. Para a realização da pesquisa foram aplicados questionários com perguntas “abertas”.

Após a conclusão da pesquisa, constatou-se que aspectos como o descontentamento com a conduta dos professores, recursos didático-pedagógicos, acesso a projetos de ensino, pesquisa e extensão, distância da família, falta de

apoio da família, má relação com professores, eram as causas da evasão dos/as acadêmicos/as.

Diante desses resultados constata-se que para além da execução do PP, o Serviço Social do NuDE deve atuar em outras ações, de forma direta e interdisciplinar que possibilitem qualificar os processos pedagógicos de ensino-aprendizagem. Também é fundamental contribuir para o alcance de melhores condições de vida para os/as acadêmicos/as durante o período de graduação.

Pode-se relacionar essas condições aos indicadores de qualidade de vida, priorizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), conforme registro localizado no site do governo do Estado do Rio Grande do Sul, no mês de abril de 2014. Nesta fonte de informação se destacam os indicadores de: Educação, Saúde e Renda. Com relação aos aspectos de saúde e renda, verifica-se que estes podem ser encaminhados pelo Serviço Social na UNIPAMPA, através de ações junto à rede municipal de atendimentos e de programas de transferência de renda executados pela própria instituição, ambos já referidos.

Para trabalhar a questão da educação, entre outras ações que podem ser desenvolvidas, o profissional de Serviço Social do NuDE, assim como os demais profissionais desse espaço, tem o desafio de fomentar a participação da comunidade acadêmica em projetos como o "Na Hora do Mate" que visa proporcionar um espaço de socialização e debate sobre assuntos estudantis e assuntos da atualidade, considerados de extrema relevância do ponto de vista político-social.

O NuDE desenvolve ainda o projeto, "Conhecendo a UNIPAMPA", este possibilita despertar na comunidade o interesse em ingressar no ensino superior. Nessa direção são desenvolvidos círculos informativos sobre o ingresso no ensino superior e sobre os cursos oferecidos na UNIPAMPA. Este projeto torna-se de extrema relevância ao se considerar que um dos resultados da pesquisa aponta que entre as causas geradoras da evasão, está a não identificação dos alunos com os cursos nos quais ingressaram, pois muitos alunos se matriculam sem ter o mínimo de conhecimento sobre o curso ao qual se matriculou.

A partir do que foi descrito até aqui, é possível afirmar que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no NuDE ocorre de forma interdisciplinar, de modo a potencializar as ações realizadas, com vistas ao alcance dos objetivos almejados. Assim, junto aos demais profissionais que atuam nesse espaço, tem buscado

colocar em prática um agir profissional comprometido com a garantia de direitos do público alvo da Assistência Estudantil. Para tanto, considera-se as possibilidades presentes no NuDE, conforme o que determina o PNAES e, no âmbito específico do Serviço Social, as premissas que constituem a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.

No entanto, apesar do comprometimento do Serviço Social frente ao atendimento das demandas que chegam ao NuDE, verifica-se que o espaço físico de trabalho que o profissional dispõe, não é propriamente o espaço ideal para que se possa desempenhar um atendimento de qualidade aos usuários. Isso se deve a circulação constante de membros da comunidade acadêmica na sala em que o Assistente Social trabalha em conjunto com a equipe dos demais profissionais do NuDE.

Já a sala exclusiva para a realização das entrevistas com usuários da Política de Assistência Estudantil, não possui acústica adequada. Sendo assim, fica evidente em alguns momentos a ruptura do sigilo acerca de informações de interesse dos/das usuários/as dessa política e do profissional Assistente Social desse espaço. Deste modo seria importante verificar a disponibilidade de alguma sala da estrutura do campus, que tenha uma acústica mais adequada e com menor circulação dos membros para a realização de atendimentos que carecem de uma maior atenção a cerca do quanto ao sigilo.

Considerando que a atuação do Serviço Social no NuDE é fundamentada pela garantia e ampliação de direitos e políticas sociais, cabe ao profissional: “estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção” (BAPTISTA, 1998, p. 115). Assim, constata-se que a falta de sigilo, além da exposição dos sujeitos e situações que lhes são afetas, pode impactar negativamente na qualidade do trabalho desempenhado pelo profissional bem como vir a prejudicar o usuário da Política de Assistência Estudantil.

De acordo com a Resolução nº 493 do conjunto CFESS/CRESS, que trata sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do Serviço Social”, percebe-se que é fundamental a adequação do espaço físico para o exercício profissional no NuDE. No entanto, as mudanças na estrutura física desse espaço não dependem apenas do esforço do profissional. Cabe ao Serviço Social propor junto a PRAEC e Direção do campus, uma revisão diante da estrutura

disponibilizada, com vistas a um melhor desempenho das atribuições privativas desse profissional e qualidade dos serviços prestados.

Em meio às dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social, no cotidiano da instituição, percebe-se que há condições para o desenvolvimento da autonomia no exercício profissional. Esta autonomia se concretiza através de um conjunto de ações, que permitem desocultar as demandas que chegam ao Serviço Social de maneira aparente e, a partir disso construir estratégias de intervenção, o que requer competência técnica, ética e política.

De acordo com (LEWGOY, 2009, p. 37) “A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia”. Desse modo, o profissional Assistente Social inserido no âmbito da Política de Assistência Estudantil tem sua atuação pautada diante de processos de desigualdade vivenciados entre os/as acadêmicos/as.

Cabe a esse profissional desvendar esses processos, de modo a promover ações que possam ir além do que os programas e projetos estabelecidos pela instituição oferecem aos acadêmicos. Algo que favorece o trabalho do Serviço Social do NuDE nesse aspecto, é o fato de ter como órgão gestor do seu trabalho, a PRAEC. Esse setor também conta com profissionais do Serviço Social e profissionais de áreas afins, que realizam um trabalho integrado na medida em que têm conhecimento sobre as atribuições dos/as Assistentes Sociais.

Atualmente algumas ações poderiam ser realizadas, para além do que já vem sendo posto em prática, não só pelo Serviço Social, mas, também pela equipe do NuDE. No entanto o espaço sócio-institucional necessita de melhor estrutura física e de recursos financeiros que são indispensáveis para a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, a partir da análise da referida experiência, o item que segue apresenta uma reflexão sobre os processos de trabalho em que o Serviço Social se insere na educação superior.

4.2 Os Processos de trabalho em que o Serviço Social se insere no NuDE.

O Serviço Social surge enquanto profissão, diante da necessidade do Estado em buscar estratégias para minimizar as formas de desigualdade social oriundas da organização do modo de produção capitalista. O inconformismo da classe

trabalhadora diante da realidade em que estavam inseridos, a qual era marcada pela exploração, concentração, exclusão e alienação, entre outros, levou essa classe a pressionar por mudanças. Contraditoriamente, a burguesia também necessitava ações nesse sentido, pois a pressão da classe trabalhadora acabava por desestabilizar a ordem que os privilegiava.

Sendo assim, “o Serviço Social se configura no âmbito das relações entre o estado e sociedade” Iamamoto (2006, p. 11). O objeto de intervenção profissional é a questão social, que resulta em um conjunto de expressões diante desta relação. Uma vez que a desigualdade é tida como uma das expressões da questão social, a rebeldia dos sujeitos como forma de resistir a esta também se constitui numa dessas expressões, marcadas sob o enfoque da resistência.

Diante da demanda por políticas públicas, o Estado necessita de profissionais que atuem no planejamento, execução e avaliação dessas políticas, de modo a contribuir para a materialização de direitos. Tais políticas, de um lado buscam sanar as necessidades sociais da classe trabalhadora. De outro visam a amenizar a insatisfação dessa classe, levando-a a aceitar a estrutura do sistema social vigente, que é justamente o responsável pelo agravamento dessas necessidades.

O processo histórico da constituição do Serviço Social como profissão se materializa a partir do desenvolvimento capitalista. Sendo assim, os profissionais Assistentes Sociais inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho são profissionais assalariados que ocupam os diferentes espaços sócio-ocupacionais na área pública ou privada. Conforme Camargo (2010, p. 2):

A condição de trabalhador assalariado não só enquadra ao Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira. Essas relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas.

As condições de assalariamento levam o profissional a seguir os parâmetros institucionais e trabalhistas que normatizam as relações de trabalho. No entanto, o Assistente Social dispõe de uma autonomia que pode ser ampliada ou não. Conforme IAMAMOTO (2007, p. 220), o condicionante para sua ampliação é:

Dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais.

Sendo assim, entende-se que a autonomia é relativa, pois depende da capacidade do Assistente Social de vislumbrar estratégias de mediação entre a instituição e as demandas dos/as usuários/as, no espaço em que está inserido, com propostas que vão ao encontro dos princípios do Código de Ética profissional. Dessa forma, busca-se: "Um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade" (IAMAMOTO, 2007, p. 49).

O projeto ético-político profissional resulta de uma larga trajetória de acúmulos de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, do Serviço Social no Brasil em conexão com a realidade latino-americana. Assim, a afirmação desse projeto deve estar no alicerce das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Busca-se, portanto, cumprir com o compromisso de um projeto crítico-propositivo para pensar o seu fazer do profissional, visando uma sociedade mais justa com a defesa dos direitos humanos, universalização das políticas públicas, fortalecimento da cidadania e da democracia, elementos essenciais para a construção de outro projeto societário.

O ensino superior é um dos campos de atuação dos/as Assistentes Sociais. Este também evidencia o confronto de interesses entre classes sociais. A finalidade da educação superior de um lado é produzir mão de obra para o mercado de trabalho de modo a reproduzir de forma intensa as relações sociais estabelecidas pelo capital, baseadas na competitividade e no sucesso individual.

Por outro lado, a educação superior é vista como importante ferramenta para a construção de sujeitos reflexivos e críticos, que exercendo sua cidadania contribuam para a alteração dos padrões do sistema capitalista, de forma a buscar uma sociedade mais justa e igualitária. Deste modo, a educação superior divide-se entre mercadoria⁷ e direito social. A educação como direito, voltada à emancipação dos sujeitos, constitui-se como prioridade de trabalho para o Serviço Social. Para efetivação desse direito é necessário expandir a rede pública, efetivar a ampliação das ações de acesso e também de permanência a esta modalidade.

⁷ Essa tendência decorre do processo de contra-reforma do estado, especialmente a partir de 1990 com a ofensiva do capitalismo na sua fase neoliberal.

A construção de estratégias que visem à permanência dos alunos justifica, entre outros fatores, a presença dos/as Assistentes Sociais no âmbito da educação superior. Nesse espaço o profissional tem como principal demanda o planejamento e a execução de programas de assistência estudantil. Assim, executa a seleção dos universitários para o encaminhamento de benefícios estudantis. Silveira (2012, p. 114) refere que “a realização do processo de seleção requer o uso de instrumentos técnicos operativos” como entrevista, visita domiciliar e análise socioeconômica para posterior elaboração de parecer social.

O processo seletivo não é uma atribuição privativa do Assistente Social, e sim uma competência profissional. No entanto, a partir da experiência de estágio vivenciada no NuDE pode-se dizer que o principal agente executor é o profissional de Serviço Social. É este quem realiza a análise socioeconômica a partir das documentações solicitadas aos/as acadêmicos/as, de modo a comprovar se estes atendem aos critérios de renda solicitados pelo programa. Para Silveira (2012, p. 118), no âmbito do Serviço Social:

A análise socioeconômica é uma possibilidade de conhecer a realidade dos usuários visando sua compreensão e intervenção sob a ótica da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços.

Contudo, é importante ressaltar que a realização de estudos socioeconômicos para fins de acesso a benefícios e serviços também não é atribuição privativa do Assistente Social. Conforme o Artigo 4º da Lei que regulamenta a profissão (8662/93) “realizar estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefício é uma competência deste profissional”.

Nota-se então que no ensino superior, o Serviço Social desenvolve um papel de extrema importância para o planejamento e execução da Política de Assistência Estudantil. Isto ocorre pelo fato de ser reconhecido como um profissional que possui habilidades específicas voltadas a intervenção direta, especialmente no campo das políticas públicas. Cabe então ao profissional entender que isto não o incapacita para desempenhar atividades para além do executar, com base em sua autonomia relativa dentro do espaço em que este se insere. SILVEIRA (2012, p. 13) refere que:

A ação profissional do Assistente Social na educação ocorre a partir de três eixos: a dimensão socioeducativa inerente à natureza da profissão em todas

as instâncias de intervenção, a democratização da educação através da potencialização do processo de construção da gestão democrática e a articulação da política de educação com as demais políticas sociais, é possível sinalizar algumas contribuições do Serviço Social no espaço das universidades.

Quanto à dimensão socioeducativa, Silveira (2012, p. 13) traz que o profissional pode “atuar junto à comunidade acadêmica proporcionando espaços reflexivos e de politização, atuando assim frente a serviços e projetos de extensão”. Essa ação aponta alguns sinais que vão ao encontro de um processo de emancipação social e política. SILVEIRA (2012, p. 14), traz ainda que:

As atividades do assistente social na educação devem ter alguns aspectos essenciais, como o desenvolvimento de ações e atividades na perspectiva de garantia do acesso da população à educação escolarizada, relacionadas à concessão de bolsas, à elaboração de diagnósticos populacionais, à mobilização e organização política de grupos para lutar pela garantia do direito à educação.

Outra questão importante na atuação dos Assistentes Sociais segundo Silveira (2012 p. 115) é “o intuito de garantir a qualidade dos serviços prestados no sistema educacional”. Isto pode ser identificado na experiência em relato através de atividades voltadas à discussão dos problemas sociais e educacionais, a partir de momentos de debates com a comunidade, a exemplo do projeto "Na Hora do Mate".

Sendo assim, para garantir o direito ao acesso e, principalmente, à permanência dos/as acadêmicas/as no âmbito da educação superior, cabe ao profissional Assistente Social compreender como se configura atualmente no Brasil a educação superior, levando em conta suas particularidades. Esta iniciativa é fundamental para a construção de estratégias que possibilitem transformar esta configuração, marcada pelo caráter mercadológico. Diante do exposto, num esforço síntese sobre os processos de trabalho no qual o/a Assistente Social se insere é importante destacar que:

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potencializam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2011, p. 61-62).

No âmbito do Serviço Social, o objeto de trabalho se traduz a partir das múltiplas expressões da questão social presentes nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Para desocultar essas expressões, por vezes, não aparentes, o/a profissional utiliza-se de um conjunto de meios ou instrumentos de intervenção, que levam ao alcance de um determinado resultado ou produto da ação profissional. Considerando o espaço sócio-institucional do NuDE, os elementos constitutivos do processo de trabalho desenvolvido pelo Serviço Social pode ser sistematizado a partir do quadro que segue:

Quadro 1: Processo de trabalho do assistente social no NUDE

OBJETO	MEIOS/INSTRUMENTOS	RESULTADO/PRODUTO
Vulnerabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista - Divulgação de programas, projetos e serviços sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção de acadêmicos em projetos de pesquisa, ensino, extensão, nos programas PP e PDA - Inserção em serviços sociais disponibilizados pela rede municipal.
Vulnerabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista - Análise socioeconômica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção em programas como: PP E PDA.
Vulnerabilidade política e cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e divulgação de projetos e eventos que fomentem debates a cerca de temas pertinentes para o desenvolvimento da capacidade critica e reflexiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos acadêmicos em projetos e eventos de caráter científico.
Evasão	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista - Visita domiciliar - Encaminhamento à rede municipal de saúde e assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desvelamento das causas de evasão, que podem ser : vulnerabilidade social, econômica, política e cultural, o descontentamento com a conduta dos professores, a falta de recursos didático-pedagógicos, acesso a projetos de ensino, pesquisa

		<p>e extensão, distância da família, falta de apoio da família e má relação com professores.</p> <p>- Acesso a políticas de permanência.</p>
--	--	--

Por fim, tomando como referência as ações voltadas para a permanência dos acadêmicos na UNIPAMPA, observa-se que o Serviço Social na instituição desenvolve uma série de atividades. No entanto, estas atividades poderiam ser executadas de modo que para além da permanência, garantisse o desenvolvimento acadêmico e cidadão, o que tornaria a permanência destes até o final da graduação uma conseqüência natural do processo de formação. Também é oportuno referir que o acesso a um conjunto de programas previstos na Política de Assistência Estudantil, bem como, o acesso a programas, projetos e serviços ofertados pela rede sócio assistencial do município não devem se constituir como um fim em si mesmo, mas, como uma mediação necessária ao fortalecimento da cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando as discussões realizadas nos capítulos anteriores, a educação constitui-se como parte de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos e valores, na qual deve se comprometer com a formação integral do ser humano, alcançando todas as dimensões de sua relação com a sociedade. No Ensino superior, principalmente no âmbito da universidade, busca-se alcançar essas dimensões a partir da construção de saberes e experiências que vão para além da sala de aula.

Ao considerar-se experiências como: estágios, visitas técnicas, seminários e projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outros, percebe-se que tais atividades apresentam aspectos positivos na medida em que possibilitam ao acadêmico/a adquirir o conhecimento através de trocas de experiências que permitam o ato de aprender de uma maneira mais motivadora, auxiliando assim, no desenvolvimento do pensamento crítico- reflexivo.

Experiências como estas se tornam cada vez mais possíveis para a população brasileira, devido a uma série de políticas de democratização do acesso ao ensino superior, implantadas pelo Governo Federal como por exemplo: O ENEM Lei de Cotas nº 12.711/2012, Programa Universidade para todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU).

No entanto, apenas estas ações não bastam para garantir a todos os cidadãos as condições necessárias para que estes usufruam o direito a educação na modalidade de ensino superior. Isto se constata na medida em que se torna difícil para alguns acadêmicos dividir seu tempo entre todas as atividades da vida acadêmica, seus empregos, espaços/momentos de lazer e suas famílias, o que resulta em situações que dificultam a permanência destes até o final da graduação.

Portanto, para democratizar a educação na modalidade de ensino superior, além do princípio fundamental da garantia do acesso, é necessário também assegurar condições de permanência dos/as acadêmicos/as. Deste modo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma medida importante para garantir condições de permanência nessa modalidade. O PNAES constitui-se como um Plano que devido as ações de incidência principalmente do FONAPRACE, adquiriu o status de política de estado. Nesse sentido, é de extrema importância a

articulação dos movimentos estudantis junto aos órgãos responsáveis pela gestão e execução dessa política nas instituições de ensino, de modo a garantir a sua efetivação.

O PNAES prevê um conjunto de ações a serem desenvolvidas para possibilitar a permanência dos/as acadêmicos/as, visando melhores condições para o desenvolvimento acadêmico, de modo a colaborar para diminuição do percentual de evasão e de trancamento de matrícula.

A gestão da Assistência Estudantil desenvolvida na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é responsabilidade da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que busca desenvolver ações que venham a contemplar o PNAES. No entanto é o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) o responsável pela execução da política nos campus. A instituição busca desenvolver em todo o campus ações que propiciem aos acadêmicos condições de acesso e permanência até a conclusão da graduação. Além disso, que proporcionem a inclusão social dos segmentos populacionais que historicamente ficaram a margem do direito à educação de nível superior.

A partir da experiência de estágio, constatou-se que trabalho do NuDE campus São Borja se materializa de forma interdisciplinar, buscando alternativas para o enfrentamento das expressões da questão social decorrentes nesse espaço. Também visa qualificar os processos de ensino/aprendizagem, bem como efetivar o direito a permanência dos/as acadêmicos/as na instituição.

As expressões da questão social mais decorrentes no NuDE são: vulnerabilidade social, econômica, e também política e cultural. Deste modo, estes são também os principais fatores que resultam na dificuldade dos estudantes em permanecer na Universidade até a conclusão do curso de graduação ao qual estão vinculados. As principais demandas que chegam até o Serviço Social do NuDE estão relacionadas à mudança de cidade, o que rebate principalmente na falta de moradia e de emprego.

O profissional de Serviço Social do NuDE atua na execução, planejamento e acompanhamento dos programas, projetos e serviços formulados pela PRAEC, que visam efetivar a permanência dos acadêmicos. Entre estes o Programa de Bolsas Permanência – PBP, que é o principal programa de transferência de renda na UNIPAMPA, que tem como público alvo os/as acadêmicos/as em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.

No entanto a falta de recursos não é a única causa da não permanência dos/as acadêmicos/as até o final da graduação, pois se constatou que a evasão acadêmica além da situação socioeconômica, se origina por vários motivos, como: o descontentamento com a conduta dos professores, recursos didático-pedagógicos, acesso a projetos de ensino, pesquisa e extensão, distância da família, falta de apoio da família, má relação com professores, entre outros.

Para atuar diante desses aspectos que dificultam a permanência dos acadêmicos, para além da execução do PBP é necessário fomentar um conjunto de estratégias que levem a qualificar o processo de ensino-aprendizagem, o que requer a qualificação do trabalho interdisciplinar. Constata-se que o trabalho desenvolvido pelo NUDE deveria ser ampliado, mas, para que isso ocorra é necessário melhor estrutura física e de recursos financeiros. Estes são indispensáveis para a qualificação e ampliação das ações que busquem além da garantia da permanência dos/as estudantes, o melhor desempenho do aprendizado e exercício de cidadania.

Diante das referências aqui apresentadas é oportuno destacar um conjunto de reflexões e proposições que resultam da experiência de estágio, as quais podem ser descritas a partir dos seguintes temas:

- 1- Quanto à efetivação da política de permanência: Conclui-se que fator econômico não é o único aspecto que dificulta a permanência dos acadêmicos na universidade. Portanto ressalta-se a importância da atuação interdisciplinar visando promover e dar visibilidade a ações que contemplem outros aspectos sociais.
- 2- Sobre o trabalho interdisciplinar: Considera-se relevante elaborar um plano de trabalho conjunto do departamento e um específico de cada área de atuação, visando o fortalecimento da dimensão sócio-educativa do trabalho.
- 3- Com relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social: Considerando que embora haja uma atuação interdisciplinar, enfrenta-se a dificuldade de desvendar demandas que não estão aparentes, o que requer processos de mediação. Percebe-se também que grande parte do tempo do trabalho do profissional do Serviço Social é consumido pelos fluxos das atividades institucionais, exigidas pelos projetos ofertados. Desse modo, estratégias que possibilitem a articulação junto ao movimento estudantil do campus, poderia ser uma maneira de auxiliar na materialização dos processos de trabalho em que o Serviço Social se insere, considerando que estes também são usuários da política de assistência estudantil e que, portanto, tem conhecimento de demandas que passam

despercebidas diante do Serviço Social. Também é importante que o Assistente Social seja propositivo junto às instâncias de participação institucional, proporcionando com que o conjunto da instituição tenha conhecimento sobre o trabalho realizado. Nesta direção é necessário pautar as demandas referentes às condições éticas e técnicas para o exercício profissional previstas na Resolução 493, do conjunto CFESS/CRESS.

Finalizando, é oportuno ressaltar que a experiência de estágio significou o início da construção de uma identidade profissional comprometida com a garantia de direitos dos cidadãos. O estágio proporcionou para além da observação da dinâmica da instituição e do trabalho desenvolvido pelos profissionais, o ato de propor e intervir, trocar idéias e construir conhecimentos.

Possibilitou também experimentar, na prática, que o exercício profissional exige a materialização do projeto ético-político, o qual se traduz, entre outros elementos, no compromisso com a qualidade dos serviços prestados junto aos usuários, neste caso, da política de assistência estudantil. Também se efetiva mediante o comprometimento com a organização da categoria profissional e fortalecimento do trabalho interdisciplinar, condição essencial para êxito das ações desenvolvidas no NuDE bem como em outros espaços sócioocupacionais.

Nesta perspectiva destaca-se a dimensão sócio-educativa como exigência indissociável do exercício profissional, o qual se traduz como processo permanente de construção. Conforme refere Paulo Freire (2011, p. 57): "Não foi à educação que fez mulheres e homens educáveis, mas consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade."

REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. **A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública**. Serviço Social em Revista. Londrina: UEL, vol 5, n 1, jul/dez 2002

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. **Tendências Da Política De Assistência Ao Estudante No Contexto Da Reforma Universitária Brasileira**. Disponível em : <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acessado em 16/10/2014.

AZAMBUJA, Evelise Freire de. **As Perspectivas Conceituais da Política de Assistência Social Evidenciadas nas Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)**. Trabalho final de graduação (Curso de Serviço Social). Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2010, p. 1 - 74.

BAPTISTA, Myrian v. **A ação profissional no cotidiano**. In: MARTINELLI, Maria L. (org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 115.

_____, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000, p. 33.

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Sociedade. Curso de capacitação Ética para agentes**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.) São Paulo: Brasília, CFESS, 2000

_____, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.) São Paulo: Cortez, 2012, p. 87.

BARROS, Elizabeth. **Superação e permanência: políticas públicas de educação brasileira e neoliberalismo**. In: O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2007.

BERNARDES, William de Souza. **O Serviço Social na Unipampa Campus São Borja: A realidade e as Possibilidades de Ampliação das Ações na Assistência Estudantil**. Trabalho final de graduação (Curso de Serviço Social). Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2013, p. 1-75.

BRASIL, **Decreto nº 19851 de 11 de Abril de 1931**. Estatuto das Universidades. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10 de Junho de 2014.

_____, **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>. Acessado em 20 de junho de 2014.

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acessado em 05 de junho de 2014.

_____, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acessado em 10 de Julho de 2014.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acessado em 07 de Julho de 2014.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 15 de julho de 2014.

_____, **Decreto nº 6096 de 24 de Abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acessado em 02 de Junho de 2014.

_____, **Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acessado em 05 de Julho de 2014.

_____, **Decreto nº 7824 de 11 de Outubro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acessado em 10 de Junho de 2014.

_____, **Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acessado em 15 de Julho de 2014.

_____, **Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968**. Reforma Universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acessado em 20 de Maio de 2011. Acessado em 11 de Julho de 2014.

_____, **Lei nº 9394, de 29 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos> . <Lei nº 10.17, de 09 de Janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação 2001– 2010,2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis. Acessado em 05 de Julho de 2014.

_____, **Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acessado em 20 de Junho de 2014.

_____, **Plano Nacional de Educação 2011 – 2020**, 2011. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acessado em 02 de Junho de 2014.

_____, **Portaria Normativa nº 39 de 12 de Dezembro de 2007. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acessado em 05 de Julho de 2014.

CAMARGO, Karen Ramos. **Os processos de trabalho do Serviço Social em um desenho contemporâneo**: Revista EGP, 2010.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. **Tendências e contradições da educação pública no Brasil**: a crise nas universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: 2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014. Acesso em 04/12/2014.

_____, RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em : http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf.

_____, REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO. LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 199. Disponível em : http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acessado em: 20/08/2014

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 2, nº 3, dezembro de 2005 - - ISSN – 1807-698X. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 19 out. 2013.

ESTRADA, Adrian Alvarez. **Permanência na Educação Superior: Aspectos da Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://atlante.eumed.net/permanencia-educacao-superior/>. Acesso 08 de novembro de 2014.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (FONAPRACE). **Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES, 2004**.

_____. **Perfil socioeconômico e Cultural dos alunos de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior 2014**. Disponível em : http://www.andifes.org.br/wpcontent/files/flutter/Biblioteca_006_Perfil_IFES.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

_____, **Propostas da Coordenação Nacional do FONAPRACE 2000**. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/prop_fon.html. Acessado em: 10/09/2014.

_____, **Relatório Geral das reuniões realizadas pela Coordenação Nacional do FONAPRACE**. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.html>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

_____, **Revista FONAPRACE 25 ANOS**. Disponível em:
www.prace.ufop.br/.../fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos .
Acessado em: 20/10/2014

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários prática educativa**. São Paulo, Paz e terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**, disponível:
 cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess, 2010.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político**. In: SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012. multiplicadores. 2 ed. CFESS. 2004.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA (NuDE). **Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos**. São Borja; 2012.

_____. **Projeto de Apoio à Permanência do estudante da UNIPAMPA. São Borja 2014**.

OLIVEIRA, Jairo da Luz; SANGHI, Simone da Fonseca. **Fundamentos da vida social**. Canoas: Ed. Ulbra, 2010, p. 17.

SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas: **Papel Social**, 2012.

SILVEIRA, Mírian Moreira. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Universidade Católica de Pelotas, 2012. Disponível em : http://antares.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2012/Disserta%E7%E3o_MiriamSilveira.pdf. Acessado em 20/10/2014

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática d** : conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional IN **Emancipação**, ed.8; pag. 119-132. Ponta Grossa, 2008.

STALLIVIERI, Luciane. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil Características, tendências e perspectivas**. Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em: http://www.academia.edu/5013211/O_SISTEMA_DE_ENSINO_SUPERIOR_DO_BRASIL_CHARACTER%C3%8DSTICAS_TEND%C3%8ANCIAS_E_PERSPECTIVAS. Acessado em 05/07/ 20154

TEIXEIRA, Ney Luiz Teixeira. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais**. In: **CFESS**. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: 2011.

_____, Ney Luiz. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. Brasília: **CFESS**, 2004.

_____. Ney Luiz. **Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação**. In: **CFESS**. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: 2011.

TÜRCK, Maria da Graça. **Processo de Trabalho do Serviço Social V n°.1: Documentação**/ Maria da Graça Maurer Gomes Türck.—Canoas: Ed. ULBRA, 2003. 42p. (Cadernos Universitários ; 82).

_____, Maria da Graça. **Serviço Social e a categoria contradição**. In: **Graturck-consultoria, perícia social e cursos**. Disponível em:

<http://graturck.blogspot.com.br/2011/01/servico-social-e-categoria-contradicao.html>.
Acessado em: 20/10/2014.

UOL NOTÍCIAS. **ENEM e SISU democratizam acesso ao ensino superior.**
Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2014/07/02/enem-e-sisu-democratizaram-acesso-ao-ensino-superior.htm?mobile>. Acesso em 19 de outubro.

UNIPAMPA, **Estatuto**. Disponível em:
<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc_view/856-estatuto-unipampa?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Instrução normativa n.03/2009**, de 31 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade.

_____. **Portaria n.1564/2011**. Institui a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa. Bagé. 2011.

_____, **Projeto Institucional da Unipampa**. 2009, p. 11. Disponível em:
<http://moodle.unipampa.edu.br/file.php/115/Projeto_Institucional_2009_UNIPAMPA.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Regulamento Interno de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA**. São Borja, 2010 Federal do Pampa (PBDA). Disponível em:
<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44instrucoesnormativas>. Acesso em 06/04/2014.

_____, **Resolução nº 29 do CONSUNI** trata das normas básicas de graduação.
Disponível em:
<http://porteiros.unipampa.edu.br/saaborja/http://porteiros.unipampa.edu.br/saaborja/>.
Acessado em 08/08/2014

_____, **Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014**. Disponível em:
<http://porteiros.unipampa.edu.br/saaborja/http://porteiros.unipampa.edu.br/saaborja/>.
Acessado:08/10/2014

_____. Sistema de Bibliotecas. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos – conforme normas da ABNT**. Bagé: 2011. Disponível em:
<http://bibweb.unipampa.edu.br/>. Acessado em 05/12/2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. Revista da Católica: v. 2, Uberlândia, 2010.